

UMA GEOGRAFIA QUE SE PRÁTICA NO DIA A DIA

A GEOGRAPHY THAT IS PRACTICED ON A DAILY BASIS

UNE GÉOGRAPHIE QUI SE PRATIQUE AU QUOTIDIEN

<https://doi.org/10.26895/geosaberes.v11i0.1019>

ANGELO SERPA ^{1*}

¹ Professor titular de Geografia Humana da Universidade Federal da Bahia (UFBA),
Pesquisador com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, nível 1B.
Rua Barão de Geremoabo, s/n, Campus Universitário de Ondina, CEP: 40.170-290, Salvador (BA), Brasil,
Tel.: (+55 71) 3283.8569, angserpa@ufba.br,
<http://orcid.org/0000-0003-4071-6276>

*Autor correspondente

Histórico do Artigo:

Recebido em 06 de Junho de 2020.

Aceito em 04 de Julho de 2020.

Publicado em 04 de Julho de 2020.

RESUMO

Neste ensaio busca-se elucidar o sentido de uma Geografia que se pratica no dia a dia, evidenciando-a a partir de qualidades irrefletidas e primeiras, uma geograficidade (DARDEL, 2011). Parte-se do pressuposto de que as práticas espaciais do cotidiano se revelam em situações específicas no tempo e no espaço, criando conjunturas e contextos que viabilizam, através do pensar em escala e de momentos de síntese perceptiva, a construção de territorialidades, assim como a regionalização de nossas ações no dia a dia. Conclui-se que a dimensão espacial das práticas e ações cotidianas – dimensão inevitavelmente imbricada com a vida e o viver – diz respeito a “recortes” que vão do próximo ao distante, do concreto ao abstrato; e que esses modos de criar e produzir espaços no dia a dia nos enredam, inexoravelmente, em tramas de relações e situações que vão permear nossos lugares, territórios, paisagens e regiões cotidianos.

Palavras-chave: Práticas espaciais. Cotidiano. Geograficidade.

ABSTRACT

This essay seeks to elucidate the meaning of a Geography that is practiced on a daily basis, evidencing it from unreflective and first qualities, a geographicity (DARDEL, 2011). It is based on the assumption that the spatial practices of everyday life reveal themselves in specific situations in time and space, creating conjunctures and contexts that enable, through thinking in scale and moments of perceptual synthesis, the construction of territorialities, as well as the regionalization of our actions day after day. We conclude that the spatial dimension of everyday practices and actions - a dimension inevitably intertwined with life and living - concerns “cuts” that range from near to distant, from concrete to abstract; and that these ways of creating and producing spaces on a daily basis inexorably entangle us in nets of relationships and situations that will permeate our everyday places, territories, landscapes, and regions.

Keywords: Spatial practices. Daily life. Geographicity.

RÉSUMÉ

Dans cet essai on cherche à élucider le sens d'une Géographie qui se pratique au quotidien, en la mettant en évidence par des qualités irréfléchies et premières, une géographicité (DARDEL, 2011). Elle est basée sur l'hypothèse que les pratiques spatiales de la vie quotidienne se révèlent dans des situations spécifiques dans le temps et l'espace, en créant des conjonctures et des contextes qui permettent, à travers une réflexion à différentes échelles et des moments de synthèse perceptuelle, la construction de territorialités, ainsi que la régionalisation de nos actions au quotidien. Nous concluons que la dimension spatiale des pratiques et des actions quotidiennes – dimension inévitablement entrelacée avec la vie et le vivant – concerne des «découpages» spatiales qui vont du proche au lointain, du concret à l'abstrait; et que ces façons de créer et de produire des espaces au quotidien nous enchevêtrent inexorablement dans des réseaux de relations et de situations qui imprèneront nos lieux, territoires, paysages et régions du quotidien.

Mots-clés: Pratiques spatiales. Quotidien. Géographicité.

INTRODUÇÃO

O mundo aí fora tem uma Geografia e essa Geografia se pratica no dia a dia. O sentido de praticar Geografia pode se revelar ou se ocultar para nós, a depender de nossa atitude – consciente ou inconsciente – no cotidiano. Percebida ou não de modo consciente, essa Geografia é constituída de habilidades que, juntas, como “proezas” e de modo imbricado, criam e produzem nossos espaços de vida (cotidiana).

Uma das habilidades intrínsecas a essa Geografia da vida e do vivido cotidianos é a capacidade de se localizar. À primeira vista pode soar banal que, para agir e viver nesse mundo, é necessário, em primeiro lugar, se localizar: ou seja, criar e construir esses lugares primeiros, que marcarão nossa trajetória de vida no mundo, como plataformas – provisórias ou definitivas, efêmeras ou duráveis – que darão suporte para nossas ações. Mas a complexidade também reside no aparentemente banal. Se buscarmos os sentidos de “se localizar” no mundo percorreremos tantas dimensões e camadas que o assunto pode se tornar inesgotável, já que são mesmo infinitos os significados de “se localizar no mundo”.

Se localizar significa perceber o “onde” de meu corpo e dos fenômenos que me afetam. E são muitos os fenômenos que nos afetam no cotidiano. Se localizar significa a um só tempo supor e avaliar distâncias, se direcionar e se posicionar, tudo isso se apresentando como, de um lado, qualidades irrefletidas e primeiras, uma “geograficidade” (DARDEL, 2011), e, por outro lado, revelando camadas mais profundas do ser no mundo que sou (HEIDEGGER, 2012).

Então, em um primeiro momento, me “localizo” quando acordo e avalio o melhor caminho para chegar ao trabalho (se tenho um trabalho fora de casa), à escola ou à faculdade (se frequento uma), ao supermercado ou ao *shopping* (se localizar é condição primeira para consumir), à praia (se o dia está radiante, como agora, quando escrevo essas linhas e, claro, se moro em uma cidade à beira-mar, como é o meu caso, nesse país de tantas praias), entre muitas outras (e infinitas) possibilidades.

De férias, e com um dia solar e radiante, de um inverno soteropolitano em geral pouco convincente e com temperaturas agradáveis, entre 22 e 28 graus, localizo meu corpo e meu desejo: estou no centro de Salvador, onde resido, e desejo um banho de mar em praia não muito distante. Opto pelo Buracão, no Rio Vermelho, praia que há muito substituiu o Porto da Barra entre minhas “favoritas”. Tem a vantagem de ser menos cheia e mais limpa, porém é mais distante de casa e não dá para ir a pé, como faço quando vou ao Porto.

Tiro o carro da garagem, porque é o mais prático agora a fazer, embora certa culpa sempre me aflija nestes momentos. O automóvel, esse bem oligárquico, de poucos e para poucos – porque se todo mundo tiver e usar um carro os recursos do mundo podem literalmente se esgotar, como nos lembra o sociólogo e economista Elmar Altvater (1995) – revela-se para mim também como localização, direção e distância: chegando no Buracão como estará a praia? (Cheia? Vazia?) Haverá algum lugar para estacionar? Perto ou longe do Buracão?

Estratégias e práticas já testadas nos ajudam nessas horas. Seja de carro, motocicleta, de bicicleta, patinete ou a pé, sabemos “nos virar” quando a hora chega – nesse caso, a hora de estacionar o veículo. Paro o carro a uns quatro quarteirões da praia, em uma rua mais distante e menos disputada e sigo a pé para passar o resto da tarde desse ensolarado dia de inverno junto ao mar.

A praia do Buracão é escondida atrás de prédios e casas. Desce-se uma escadaria para acessar a praia. Antes de descer a escada, a vista panorâmica da areia e de sua ocupação permite entrever o que nos aguarda. Se localizar do alto é mais fácil, assim como também é mais fácil “mapear” os diferentes grupos que se territorializam na areia e escolher seu “lugar” (ou seu “território”). Cada qual no seu pedaço, os grupos compartilham um espaço de lazer comum, mas pouco se misturam: jovens de diferentes classes sociais (em geral dos bairros populares e de classe média do entorno) se dividem em turmas.

Há grupos jogando futebol e frescobol. Há aqueles que juntos compartilham cerveja, comida, cangas, cadeiras e guarda-sol, além de caixinhas de som (que demarcam uma espécie de paisagem sonora dos diferentes grupos, que também funcionam como limites dos diversos territórios). Há também famílias, gente mais velha, alguns turistas desgarrados, gente vendendo comida e bebida, alugando sombreiros e cadeiras etc.

Se localizar aqui é também se territorializar, porque os diferentes grupos territorializam a praia segundo uma lógica de reconhecimento prévio, um reconhecimento que é a um só tempo espacial e temporal. Vou cedo embora, porque por volta de 16, 16 e 30, a praia já está sombreada pelos prédios do entorno. Salvador cresceu sobre uma península: de um lado, as águas calmas da Baía de Todos os Santos, de outro, as praias da Orla Atlântica, onde estou agora. O litoral recortado da cidade confere ao banhista situações diversas. No Buracão, o sol não se põe no mar, como no Porto da Barra, por exemplo, mas percorre uma trajetória oblíqua em relação a onde estou posicionado na praia. Há uma geografia física que também se “localiza” no tempo e no espaço.

Quem leu essas linhas até aqui percebeu que construí, com o exemplo da praia, uma situação banal, cotidiana, mas que é também uma situação espacial. Há sempre entre nós e o mundo constrangimentos espaciais que indicam uma pergunta-chave: como? E esse “como” é derivado logo em seguida não só em “onde”, mas também em “quando”, já que toda situação espacial é também temporal.

No exemplo da praia, a Geografia do cotidiano se desdobra em acessibilidade, direção, distância e nas diversas possibilidades de acesso e apropriação do espaço em função dos diferentes meios e modos de transporte disponíveis. Para cada situação precisamos de estratégias e táticas de cunho espacial, e se localizar é uma das mais essenciais nos diferentes contextos e conjunturas.

SE SITUAR

As práticas espaciais do cotidiano se revelam em situações específicas. Para além do “se localizar”, nos situamos no tempo e no espaço, criando conjunturas e contextos que ajudam a viabilizar nosso dia a dia.

Uma situação é o somatório de muitas informações e experiências adquiridas, traduzidas em relações que podem ser mais ou menos estáveis. É o conjunto dessas relações que contribui para a constituição de situações. Uma Geografia do cotidiano mobiliza ações e práticas no/do presente, embora situações passadas repercutam também no dia a dia, através da memória e das recordações.

A situação indica que essa Geografia do dia a dia é uma Geografia de coexistências, de cunho social e espacial, como diria o geógrafo Milton Santos (1996). É passado e história que se revelam no presente, mas também convite à imaginação humana, já que o cotidiano é também devir e anuncia futuros possíveis.

Ao nos situarmos no mundo, alinhavamos de acordo com nossos interesses e intenções uma grande quantidade de dados e informações, efetuando uma operação de síntese que organiza relações e localizações, construindo – nem sempre de modo sistemático e consciente – um arranjo que viabiliza nossas ações no cotidiano.

Este arranjo é também e, sobretudo, um arranjo de localizações, um passo além do momento inicial de “se localizar” no mundo. É um arranjo espacial construído de modo a criar condições reais para nossa ação, seja onde estivermos. Arranjamos à nossa maneira o “mundo” do dia a dia criando e produzindo situações que nos dão, inclusive, a possibilidade de verificar a extensão – em seu sentido geográfico o mais essencial – de nossas ações.

Construir situações no cotidiano nos ajuda também a enfrentar o dilema entre conjuntura e estrutura, entre o particular (aquilo que vejo, ouço, sinto e que está aqui e agora, no meu

entorno imediato) e o geral (aquilo que não se anuncia a mim de modo direto e que exige associações que me levam além do aqui e agora, mas que também ajuda a definir essa situação na qual me encontro).

No exemplo da praia, que mencionei algumas linhas atrás, ao me localizar, também e concomitantemente me situo, porque, para além da conjuntura e do contexto – praia do Buracão, em Salvador –, o geral se revela e se consolida em situação. Estou em uma praia que se assemelha a tantas outras apesar de suas características (físicas e sociais) particulares. Anuncio um contexto de férias, portanto, insinua-se aqui uma relação entre trabalho e lazer, específica, porém estrutural, já que as relações entre trabalho e lazer marcam e definem estrutural e espacialmente a vida cotidiana de milhões e milhões de pessoas (SERPA, 2018a).

Estou no Brasil, país de tanta diversidade, mas também de muitas desigualdades – econômicas, sociais, culturais, regionais etc. Tenho emprego (e conseqüentemente tempo livre nas férias para o lazer) e possuo automóvel em um país de milhões de desempregados (muitos sem dinheiro para se locomover e chegar à praia). Vemos que uma situação cotidiana e banal nos coloca claramente em um contexto que é a um só tempo diverso e desigual.

Se pensarmos nas desigualdades sociais e espaciais que essa situação específica revela, fatalmente nos damos conta das hierarquias e da estrutura social, de suas classes e frações de classe, que permeiam nosso dia a dia, neste caso em uma metrópole brasileira (e nordestina) de alguns milhões de habitantes. As diferenças tornam-se passíveis de valoração. Torna-se também possível estabelecer comparações do tipo “melhor” ou “pior”, mais rico ou mais pobre etc.

E é interessante perceber que, tendo como ponto de partida a desigualdade, as classes sociais (e suas frações) se tornam obrigatoriamente o foco de nossa atenção (pense, por exemplo, nos territórios da praia do Buracão, nos jovens de diferentes classes sociais dos bairros do entorno que ali se territorializam).

Se, ao contrário, a diversidade for o foco de nossa atenção em situação, vamos atentar para as questões e os processos de cunho identitário, de afirmação de identidades (de gênero, religiosas, étnicas etc.) e talvez os territórios do Buracão sejam percebidos e vividos de modo outro. Nossa atenção estará voltada para as subjetividades e os coletivos “identitários”, como eles se relacionam, se há, por exemplo, conflitos explícitos ou velados entre os diferentes grupos de usuários territorializados na praia onde me encontro.

E, nesse caso, a situação poderá nos revelar também barreiras e limites simbólicos, que segmentam a praia em grupos identitários diversificados, com a constituição de territórios justapostos pelas diferenças, seja de gênero, faixa etária ou étnico-raciais. Nesse caso, o cotidiano vai nos apresentar uma Geografia efêmera e plástica. E essa segmentação pode se dar tanto em termos temporais (apropriação diferenciada do espaço da praia de acordo com uma lógica temporal), como em termos espaciais (justaposição de territórios no espaço da praia de modo sincrônico) ou ainda, simultaneamente, em termos temporais e espaciais.

E, no entanto, para além dessa minha situação específica aqui na praia do Buracão, vários podem ser os recortes espaciais e as escalas que podemos mobilizar para melhor nos situar no mundo: Do mundial ao local, do local ao mundial, pode-se partir das diferenças ou das desigualdades para se compreender os processos de produção/criação espacial no cotidiano. A situação aciona outro mecanismo, o “pensar em escala”, como um modo muito eficiente de se situar no mundo, enfatizando que essa Geografia do dia a dia se constitui através de uma espacialidade que é – em essência – diferencial (SERPA, 2020).

INDO ALÉM DO IMEDIATO DA SITUAÇÃO

Voltemos à praia do Buracão. Ao localizar e situar meu corpo, percebi diferenças e desigualdades nos modos de apropriação da areia da praia, diferenças e desigualdades que se

exprimem através da territorialização de grupos e indivíduos de maneira visual e plástica, ao alcance de meu olhar e de meus sentidos imediatos (não esqueçamos, por exemplo, das inúmeras e potentes caixinhas de som que demarcam territórios na praia através de fronteiras/limites sonoros perceptíveis também em sua diferença e desigualdade).

Posso ir além do imediato da situação – daquilo que vejo e ouço – para cultivar este “pensar em escala”, refletindo sobre a sociedade brasileira que se encontra ali, no Buracão, em situação “reduzida”, assim como sobre as diferenças e desigualdades do país que também se revelam no lazer dos baianos (SERPA, 2018b). Nos últimos anos, veículos de imprensa no Brasil problematizaram a questão das desigualdades sociais, a partir de pesquisas realizadas pela ONG britânica OXFAM Brasil e da divulgação do relatório “A distância que nos une – Um retrato das desigualdades brasileiras” (publicado em setembro de 2017) (OXFAM BRASIL, 2017). Dados estarrecedores mostram que, mesmo com a relativa ascensão social pelo consumo de alguns e o aumento dos gastos com políticas sociais nas últimas décadas, as desigualdades ainda se manifestam de modo gritante no país.

A carga tributária que incide sobre os mais pobres, por exemplo, é superior àquela que cabe aos mais ricos: os 10% mais pobres gastam 32% de sua renda em impostos, a maior parte pelo consumo de bens e serviços, enquanto que os mais ricos gastam apenas 21%. A carga tributária contribui para o aumento do abismo social entre ricos e pobres, já que o país cobra mais impostos das pessoas físicas que das pessoas jurídicas. Além disso, os impostos sobre a propriedade são mais robustos para automóveis que para imóveis e heranças.

Os dados da Receita Federal de 2016 são detalhados pela Oxfam Brasil, mostrando que os indivíduos com rendimentos mensais superiores a 80 salários mínimos (R\$ 63.040,00) têm isenção média de 66% de impostos, podendo chegar a 70% para rendimentos superiores a 320 salários mínimos mensais (R\$ 252.160,00). Considerando-se as faixas de 3 a 20 salários mínimos, compatíveis com os segmentos médios de renda, a isenção é de 17%, caindo para 9% na faixa de 1 a 3 salários mínimos mensais.

Pensem nas desigualdades de gênero e raça/etnicidade. Ter maior escolaridade para a população negra (grande maioria na capital baiana, diga-se) não significa alcançar os mesmos rendimentos que entre os brancos. Com ensino médio completo, os negros recebem 76% do rendimento médio de brancos na mesma faixa educacional; e, com ensino superior completo, 75% do rendimento médio da população branca. Entre as mulheres, que em geral têm escolaridade superior (8,4 anos de estudo) àquela dos homens (8 anos), a diferença salarial entre os gêneros é ainda mais acentuada nas mesmas faixas educacionais. Com ensino médio completo, as mulheres ganham 66% do que os homens; e, com ensino superior completo, apenas 63% do que recebem os homens. O mesmo se repete com negros e mulheres que exercem as mesmas profissões.

Vejam que, com o pensamento em escala, situado no Buracão e focado nas desigualdades sociais, extrapolei a praia onde me encontro e revelei não somente as contradições da sociedade brasileira em termos de renda, mas também as diferenças de gênero e raça/etnicidade que acabam por potencializar as hierarquias presentes na estrutura social. Pensar em escala me ajudou a explicitar que diferença e desigualdade se influenciam e fortalecem mutuamente na criação/produção de espaços, seja em escala local, regional ou nacional, seja nos momentos de trabalho, seja nos momentos de lazer cotidianos. Os territórios da praia do Buracão me levaram mais longe, mas, antes de visualizá-los como territórios, os percebi primeiro como paisagem.

MOMENTOS DE SÍNTESE PERCEPTIVA

Podemos também dizer que quando nos localizamos estamos ainda no terreno da percepção, que o “se situar” e o “pensar em escala” só são possíveis a partir de um momento primeiro de síntese perceptiva (MERLEAU-PONTY, 2006), que abre também caminho para as

outras práticas de uma Geografia do cotidiano. Percebo, ainda no alto da escada que me leva ao Buracão, que a praia nesse momento é de pedras expostas (a areia no inverno vai paulatinamente sendo substituída por afloramentos rochosos), que o mar está agitado, com ondas fortes, poucos banhistas e alguns surfistas. Esse é o ponto de partida perceptivo que logo de início organiza e arranja, para mim, areia, pedras, água, ondas, banhistas e surfistas em forma de “praia” (ou de “paisagem litorânea”), uma espécie de síntese “milagrosa”, base para outras sensações, associações e recordações que certamente me virão em seguida.

Por exemplo, a praia do Buracão está localizada na Orla Atlântica da cidade, com cerca de 38 quilômetros de extensão. Sabemos também que, embora dominado por praias arenosas, esse trecho de Orla, banhado diretamente pelas águas do Oceano Atlântico, pode apresentar aqui e ali afloramentos rochosos do pré-cambriano e que sua morfodinâmica é função, entre outros fatores, da inclinação da porção subaquosa e do modo como as correntes marítimas chegam à costa. São essas, digamos assim, as bases físicas dessa paisagem que “construo” associando e recordando, depois de percebê-la (SOUSA, 2011).

Posso também observar as construções de muros altos que invadem parte desse substrato arenoso – por vezes rochoso – caracterizando a praia como essencialmente urbana. Posso ainda pensar em sua localização, no bairro do Rio Vermelho, centralidade boêmia, gastronômica e cultural da cidade, o que coloca o Buracão como relativamente mais central e plural que outras praias mais distantes, como Piatã e Itapoan. O urbano está aqui presente, não só pelas construções (algumas verticalizadas), mas também pela diversidade dos diferentes grupos que se apropriam da areia da praia, com modos e estilos caracteristicamente urbanos.

As religiões afro-brasileiras, com forte presença em Salvador, podem nos ajudar a melhor compreender outras formas de síntese perceptiva. Elementos naturais como árvores, pedras, lagoas e rios são expressão do sagrado e, muitas vezes, divinizadas. Assim, embora vejam “paisagem”, pode-se dizer que antes de tudo os adeptos dessas religiões sacralizam a natureza, experimentando e vivendo de outro modo esta relação, alimentando a energia natural vital (o Axé) com rituais e oferendas. Afinal, no Buracão estamos também localizados e situados no Rio Vermelho, onde anualmente milhares de devotos prestam homenagem e deferência a Iemanjá, Orixá das águas e senhora dos mares.

No dia dois de fevereiro, o bairro e suas praias são, sobretudo, territórios das religiões afro-brasileiras, com a territorialização de seus adeptos através de ritos e presentes para a Orixá das águas. Para alguns, o mar e a praia são, nesse momento, elementos de uma paisagem festiva, mas, para os praticantes do Candomblé, o mar e a praia encarnam a própria divindade: Iemanjá.

Ao adentrar o universo de Iemanjá e das tradições afro-brasileiras, devemos falar em especial dos terreiros de Candomblé, tão numerosos e participantes ativos da paisagem e da vida culturais de Salvador. Os terreiros nos servirão aqui para mostrar como essa Geografia do dia a dia também se baseia e consolida em processos de territorialização, muitas vezes permeados de conflitos vividos no cotidiano (basta lembrar dos cada vez menos raros embates das religiões neopentecostais em relação às religiões de matriz africana) e que também possuem uma Geografia. É difícil dizer quantos terreiros de Candomblé existem na cidade, mas é impossível não perceber sua presença como elementos importantes na paisagem urbana (em alguns bairros populares como Engenho Velho da Federação, Cajazeiras e Plataforma sua presença é sem dúvida marcante e perceptível, mesmo para aqueles com pouca familiaridade com o universo das religiões afro-brasileiras).

São poucos os levantamentos censitários sobre a presença desses terreiros/territórios, mas um mapeamento realizado em 2007 pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO-UFBA) cadastrou 1.138 terreiros, dos quais cerca de 30% realizavam trabalhos de cunho sociocultural nas áreas onde estão/estavam inseridos, como creches, cursos, palestras e distribuição de cestas básicas. Essas atividades podem ser, inclusive, motivo de

articulação em rede dos templos religiosos, para além dos limites dos bairros (em geral populares) onde estão situados (SANTOS, 2008; JORNAL A TARDE, 12/5/2007).

Embora prestem serviços às populações dos bairros onde se situam e alguns deles recebam importantes apoios institucionais, resultado de séculos de lutas contra o preconceito em relação às religiões afro-brasileiras, ainda há um longo caminho a percorrer, no tocante à situação fundiária dos templos religiosos. Dos terreiros levantados pelo CEAO-UFBA, 39,9% têm escritura do terreno registrada, 20,8% não têm nenhum tipo de documentação, 24,6% têm contrato de compra e venda e 4,3% dispõem apenas de recibo. 78,4% não possuem áreas verdes – essenciais para o culto aos Orixás – e apenas 8,5% têm registro como associação civil (SANTOS, 2008). Sem a posse legal dos terrenos, as casas de candomblé são também alvos de ocupações, perdendo partes do terreno para obras da Prefeitura ou do governo estadual, mas também para outros moradores dos bairros onde se encontram.

Os terreiros vão paulatinamente perdendo terreno para novas ocupações e, com o tempo, também áreas verdes e fontes, essenciais para o culto e os rituais do Candomblé. A exceção que confirma a regra fica por conta daqueles templos tombados e protegidos pelos poderes públicos como patrimônio histórico e cultural. A maioria dos templos vai se des-territorializando e inviabilizando a possibilidade de manter sua religião nos moldes mais tradicionais (para colher as plantas necessárias ao culto passam a se dirigir às feiras livres ou aos parques e bosques da cidade, ao invés de cultivá-las, por exemplo). Há também processos de re-territorialização de alguns templos em direção a municípios da Região Metropolitana de Salvador (como Lauro de Freitas e Camaçari), onde podem dispor de mais área a preços mais baixos e se reorganizar enquanto terreiros (REGO, 2006).

Onde se situam, os terreiros marcam sua presença através do estabelecimento de limites territoriais que também dão visibilidade a esses territórios na paisagem. Em bairros como o Engenho Velho da Federação, localizado no centro de Salvador, a bandeira branca, as quitandas (recipientes pequenos de barro para armazenar água), o ojá (faixa de tecido utilizada como ornamento no tronco de árvores sagradas) e o mariô (folha do dendezeiro, consagrada ao Orixá Ogum, utilizada nas portas e janelas dos terreiros de candomblé) estão presentes em toda parte, como mostram as pesquisas da arquiteta Estela Ramos, que destacam também a presença de insígnias de orixás nas fachadas e muros ou enfeites e ornamentações até mesmo nas entradas de ruas do bairro (RAMOS, 2013).

E na Geografia do dia a dia soteropolitano todos esses recursos simbólicos de “demarcação de territórios” extrapolam os limites dos terreiros de Candomblé e ganham as ruas e áreas verdes da cidade – presentes e oferendas assim como árvores sagradas amarradas com Ojás nos espaços de uso comum são muito frequentes e impossíveis de passar despercebidos mesmo para o observador menos atento –; e, ao extrapolar os limites dos terreiros, estes símbolos acabam por caracterizar fortemente o “lugar” Salvador.

“MEU” LUGAR SALVADOR

Nasci em Salvador, no Hospital Português, no bairro da Graça, no centro da cidade. Apesar de meus vários períodos de moradia em outras cidades/em outros estados e países, a metrópole soteropolitana foi (o lugar) onde passei a maior parte da minha vida. Memórias se misturam e atualizam em meu presente vivido na Cidade da Bahia: as pedras portuguesas das calçadas (hoje em extinção), as frondosas mangueiras nos quintais e nas avenidas de vale, os flamboyants das calçadas, com suas flores de um vermelho estonteante, as praias (de Piatã, da Boca do Rio, do Porto da Barra, da Pedra do Sal e, mas recentemente, do Buracão), o calendário de festas profanas e religiosas, a Igreja da Graça (a mais antiga do Brasil, recentemente restaurada), o cheiro de acarajé das esquinas (herança afro-brasileira que se manteve por aqui desde os – tristes – tempos dos escravos de ganho), os ensaios do bloco afro Ilê Aiyê no Forte

de Santo Antônio (não ocorrem mais lá) ou do Olodum, no Largo do Pelourinho pré-qualificação, e, claro, os amigos e a família.

Hoje, o “lugar” Salvador encolheu para mim diante das tremendas transformações pelas quais passou a cidade nas últimas décadas. O tempo se acelerou, relações, lembranças e memórias foram de algum modo “soterradas” pela “modernização” (e pelo avanço da impessoalidade, da metropolização, da homogeneização, da verticalização, da desigualdade social que cresceu ainda mais, de modo assustador, e se mostra a olhos vistos para quem tem olhos para ver). Enfim, tenho atualmente muitas dificuldades para me reconhecer na cidade como um todo, de reconhecê-la como lugar. Salvador se transformou em uma colcha de retalhos, de lugares fragmentados, ligados por minha memória, mas também por minha imaginação. Quando quero sentir Salvador inteira como lugar saio da Cidade Alta (onde estou) e vou para a Cidade Baixa e o Subúrbio Ferroviário, onde bairros populares me fazem lembrar de outra Geografia do dia a dia, aquela que ainda “deixa o tempo passar”. São outros ritmos que sincronicamente me trazem o sentido, a autenticidade, a história dessa cidade, sem a cortina de fumaça dessa tal “modernidade”.

Aqui cabe ainda uma breve história, contada por minha irmã, jornalista, quando fazia uma reportagem sobre as mulheres líderes dos mais importantes terreiros de Candomblé de Salvador, em 2017. Ao acompanhar uma caminhada dos membros do Terreiro do Gantois, localizado no bairro da Federação, para o Dique do Tororó, no final da tarde de um dia da semana, ela ficou (bem) impressionada com a ausência de problemas ou conflitos no trajeto dos candomblecistas que se dirigiam ao Dique para “arriar” oferendas para Oxum, a Orixá da água doce. Eles foram e voltaram em paz de/para seu “território”, de modo tranquilo e natural... É em um momento assim, de “comunhão entre diferentes”, que o lugar Salvador se revela para além dos muitos territórios que compõem seu cotidiano. E são muitos os lugares e territórios que acionamos em nossa Geografia do dia a dia (SERPA, 2019). Podemos pensar, por exemplo, na forte ligação histórica e cultural de Salvador com seu entorno imediato, o Recôncavo, mas, nesse caso, a cidade acabou por dar as costas para sua região...

COMO “REGIONALIZO” O MUNDO

A região é uma dessas possibilidades de manifestação de territorialidades quando “regionalizamos” nossas práticas e ações, mas ela também pode vir a ser lugar, a depender de nossas estratégias e táticas cotidianas. Regionalizar ou “recortar” regiões tanto pode ser um ato institucional como uma prática vivida. De qualquer modo, a região é uma criação humana que depende do estabelecimento de critérios e limites territoriais/regionais para existir.

Há infinitas possibilidades de recortar regiões, a depender dos critérios – naturais, econômicos, sociais, culturais etc. – que adotamos para delimitá-las. Para governos e instituições, a região é condição necessária para o planejamento e a gestão, servindo de base para levantamentos censitários e direcionamento de recursos e investimentos públicos. Países e unidades subnacionais (estados e províncias) são, assim, intencionalmente regionalizados, muitas vezes apresentando mais de uma regionalização, a depender dos objetivos que se quer alcançar com este tipo de operação. A região se torna, deste modo, parte de nossa Geografia cotidiana, ainda que muitas vezes não nos apercebamos disso.

A Bahia foi regionalizada em 2007 em “territórios de identidade” (outra terminologia para algo que poderia ser também chamado de “regiões culturais”), a partir de critérios socioculturais. Mas, como falamos algumas linhas atrás, o critério econômico acabou prevalecendo para separar Salvador do Recôncavo, região com a qual mantém afinidades socioculturais evidentes, consolidadas ao longo de séculos de história. Ao invés de compor o território de identidade do Recôncavo, a capital acabou ligada ao território metropolitano, em

função de seu papel-chave como “cabeça” de um processo de metropolização que extrapola seus limites em direção a municípios como Lauro de Freitas e Camaçari (SERPA, 2015).

Assim como Salvador, o território de identidade do Recôncavo é historicamente berço de manifestações da cultura afro-brasileira, com muitos terreiros tradicionais de Candomblé e manifestações culturais que remetem a uma ancestralidade africana. Um exemplo contundente disso é a grande quantidade de grupos de samba de roda mapeados em nossas pesquisas em vários municípios da região. O samba de roda foi um dos “marcadores culturais” utilizados para delimitar o Recôncavo frente aos demais territórios vizinhos, embora a manifestação extrapole os limites da região, não só porque apareça ainda com alguma força em Salvador, mas também em regiões vizinhas, como o território de identidade Portal do Sertão. Então, é legítimo questionar até que ponto Salvador, em um território metropolitano separado do Recôncavo, guarda sua “identidade regional”: Tão importante para o Recôncavo quanto para Salvador, o samba de roda deveria ter sido levado em consideração nessas estratégias de regionalização institucional, aplicadas ao território estadual, de modo a não separar a capital de sua região.

Mas nem sempre os discursos institucionais são coerentes. E, além disso, há uma grande diversidade nos grupos de samba de roda: não estamos de modo algum falando de algo homogêneo, mas de, pelo menos, três vertentes de samba de roda que se distribuem de forma heterogênea no Recôncavo. Isso mostra também que um marcador identitário deve ser sempre relativizado de modo que as identidades não sejam “congeladas”. O samba de roda é uma manifestação cultural em movimento e que vem passando por transformações em lugares e épocas específicas. Na verdade, falamos aqui de muitos Recôncavos e de muitos sambas de roda – embora seja possível mapear e localizar geograficamente algumas tendências, tendências mais tradicionais que outras etc. O samba de roda é algo em processo que confere o tempo inteiro identidades a esses lugares e regiões, mas não necessariamente de uma forma estática e imutável (CARVALHO; SERPA, 2015; CARVALHO; SILVA; SERPA, 2015).

O samba de roda é mencionado aqui para mostrar como uma região cultural se consolida no cotidiano, a partir das ações e práticas de seus habitantes, se tornando, assim, um espaço criado pela ação humana, embora contenha algum nível de abstração que nos faz acionar o “pensar em escala” de que falamos antes. Se me perguntassem a queima roupa qual a minha região, provavelmente responderia sem pestanejar que é o Recôncavo, ainda que tenha dúvidas se essa resposta encontraria alguma unanimidade entre os soteropolitanos. Nos cursos de Geografia Regional na Universidade Federal da Bahia, meus estudantes – especialmente aqueles que não vêm de cidades do interior e nasceram em Salvador – de modo geral encontram certa dificuldade para responder essa questão, especialmente se ela vem relacionada com a ideia de região como experiência vivida. A região parece não encontrar respaldo entre aqueles que sempre viveram em metrópoles ou municípios metropolitanos.

O que prevalece entre os muitos habitantes de regiões metropolitanas é a ideia de região como algo dado, como instrumento de planejamento e gestão regionais, que não compõem o repertório de sua Geografia do dia a dia. Isso deve ser também relativizado porque as regionalizações institucionais acabam por se consolidar com o tempo na vida de seus habitantes e, nesse processo, são “naturalizadas” como recortes fixos e imutáveis, o que também é reforçado por aulas de Geografia que nem sempre enfatizam a relatividade das regiões e as múltiplas maneiras de recortá-las. Ademais, por servirem de base para a ação de governos, as regiões influenciam, sem dúvida alguma, o dia a dia de seus habitantes.

Certa feita, em um restaurante paulistano, acompanhado de amigos, afirmei que embora tenha nascido baiano não nasci nordestino. Foi um espanto geral, inclusive para mim, porque achava que todos ali tinham ideia do porquê de tal afirmação. Não tinham. Queria dizer aos amigos de São Paulo que a região não deveria nos distinguir porque ela é “relativa” e altamente (inter)subjettiva. Fiz a observação em momento político de muita polarização no país, com a proliferação de preconceitos e estigmas em relação ao Nordeste. Na primeira regionalização

oficial do território brasileiro em grandes regiões, aprovada pela Assembleia Geral do Conselho Nacional de Geografia em 1945, a região Nordeste incluía os estados do Maranhão a Alagoas, enquanto Bahia e Sergipe compunham a região Leste, junto com Minas, Espírito Santo, Rio de Janeiro e o DF – a capital, na época, era o Rio de Janeiro. Apenas no ano de 1968, com uma nova divisão regional oficial para o Brasil, a região Leste é extinta e surge a região Sudeste como a conhecemos hoje. Com a nova regionalização, Bahia e Sergipe são então anexados à região Nordeste (BEZZI, 2004). Em 1968 eu já tinha cinco anos, foi nesse ano que me tornei nordestino. E fui enredado nos anos seguintes na trama regional nordestina.

À GUIA DE CONCLUSÃO: COMO ME “ENREDO” EM UM MUNDO

O exemplo da região Nordeste mencionado na seção anterior é perfeito para demonstrar que a dimensão espacial de nossas práticas e ações cotidianas diz respeito a “recortes” espaciais que vão do próximo ao distante, do concreto ao abstrato, dimensão inevitavelmente imbricada com nossa vida e nosso viver cotidianos. Esses modos de criar e produzir espaços no dia a dia nos enredam inexoravelmente em tramas de relações e situações que vão permear nossos lugares, territórios, paisagens e regiões cotidianos.

E o que está na base desse “se enredar” são redes sociais e espaciais articuladas em nosso cotidiano das quais não podemos prescindir para “tocar” nossas vidas. Articular-se em “rede” é, portanto, um aspecto fundamental dessa Geografia que se constrói cotidianamente. Redes que podem ter maior ou menor visibilidade, a depender das situações em jogo. Redes submersas ou associativistas, como diria a antropóloga Ilse Sherer-Waren (1996, 2005), nas quais desempenhamos diferentes papéis, como “elos” fortes ou fracos a partir de diferentes objetivos que vão nortear distintas estratégias e táticas de natureza social e espacial.

Falo de redes de relações socioespaciais não “formalizadas” (“submersas”), como redes de vizinhança, de parentesco, de amizade, mas também de redes associativistas (associações de moradores, conselhos profissionais, sindicatos, igrejas, templos, terreiros, clubes esportivos etc.). Nunca nos articulamos em uma rede única, mas em redes que se superpõem (e às vezes até mesmo se contrapõem) em nosso cotidiano. Nesse contexto, participamos de várias tramas, umas mais formais, outras mais informais, a depender das situações e de nosso “lugar” no mundo.

Relações de vizinhança, por exemplo, são altamente condicionadas pelas diferenças entre classes sociais. No universo das classes populares, a limitação de oportunidades e o isolamento relativo de bairros e regiões administrativas inteiros acabam por fortalecer-las, enquanto nos bairros de classe média essas relações entre vizinhos se tornam mais seletivas e pessoais, porque o maior poder aquisitivo e uma maior integração social, econômica e política de seus habitantes diminuem a necessidade de solidariedade e ajuda mútua, fazendo emergir, inclusive, uma maior necessidade individual de espaço (KELLER, 1979; SERPA, 2007; DIAS, 2017).

Hoje podemos falar de redes “reais” e “virtuais”, diante do avanço da técnica e da tecnologia. Mas essa é uma falsa ambiguidade, porque o virtual alimenta e potencializa o real e vice-versa. Lembro de como nossas pesquisas revelaram que grupos de capoeira em Salvador passaram a se articular na primeira década dos anos 2000 de modo mais eficiente – para agendar suas rodas e encontros na cidade, por exemplo – criando páginas no Orkut, em época que precedeu os aplicativos atuais (Facebook, Instagram, WhatsApp etc.). Apesar da baixa densidade de infraestrutura técnica nos bairros populares da cidade na época de nossos levantamentos, mestres e discípulos de capoeira “se viravam” como frequentadores assíduos das inúmeras *lan-houses* existentes, fenômeno característico nas áreas populares de Salvador e de outras cidades brasileiras nesse momento específico (SERPA, 2011; SERPA; ARAÚJO; BORGES, 2011).

Atualmente, a situação é um tanto diferente do que há uma década atrás. A difusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) é hoje um fato inquestionável, que perpassa inclusive classes sociais distintas (SERPA, 2017). A pesquisa TIC domicílios realizada em 2015 no Brasil mostra algumas tendências (CGI.br, 2016). E aqui solicitamos ao leitor que mais uma vez acione seu “pensar em escala”: Um dos destaques da edição de 2015 da pesquisa diz respeito aos dispositivos utilizados para o acesso à Internet. Em 2014 os computadores eram os dispositivos mais utilizados para acessar a rede (80%), já em 2015 o telefone celular passou a ser o principal equipamento utilizado (89%, percentual que era de 76% em 2014). O acesso à Internet exclusivamente por meio do celular também foi mais frequente entre os que residem nas regiões Nordeste (43%), Norte (55%) e nas áreas rurais (56%), o que reforça a hipótese de que o telefone celular se configura como alternativa para o uso da rede nas áreas em que a infraestrutura de Internet fixa é mais precária. Em 2015, 35% dos usuários de Internet acessaram a rede apenas pelo celular (em 2014 essa proporção era de 19%), especialmente aqueles oriundos das classes populares (CGI.br, 2016).

Obviamente o acesso à Internet é ainda muito desigual no Brasil, e as desigualdades se manifestam tanto em termos socioeconômicos como regionais/espaciais. Um olhar sobre as grandes regiões do país e os dados divulgados na TIC 2015 confirma que problemas de disponibilidade de rede e velocidade de conexão ainda permanecem na escala regional, com os estados das regiões Norte e Nordeste situando-se em posição de desvantagem. Nesse contexto, as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste apresentaram, respectivamente, 40%, 28% e 22% de domicílios com conexão de velocidade superior a 8 Mbps, enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentavam 17% e 15%, respectivamente, de domicílios nesta condição, no ano de 2014 (CGI.br, 2016).

Levando-se em conta o acesso domiciliar à Internet também ficam evidenciadas as desigualdades regionais, que persistem na atualidade: Entre as regiões do país, o Norte possuía menor percentual de domicílios com acesso à Internet (38%), ao contrário do Sudeste, onde havia o maior percentual de domicílios conectados entre as regiões brasileiras (60%). O Nordeste tinha, em 2015, 40% de domicílios com acesso à rede mundial de computadores, enquanto o Sul apresentava um percentual de 53% e o Centro-Oeste de 48%. Na escala nacional, em 2015, 41% do total de domicílios tinham acesso à Internet e a computador, outros 9% possuíam conexão à rede sem computadores. Outra parcela de 8% de domicílios contava com computador, mas estava desconectada, e outros 41% não tinham nem computador, nem acesso à Internet (27,3 milhões de domicílios) (CGI.br, 2016).

Em relação à primeira década dos anos 2000, a perspectiva é de declínio do uso das *lan-houses*: desde 2010, o acesso doméstico superou estas últimas. Naquele ano, 28% dos brasileiros tinham nesses estabelecimentos uma das maneiras de acessar a Internet, frente aos outros 67% que o faziam a partir de casa (JUNQUEIRA, 2012; CGI.br, 2016).

Tudo isso nos ajuda a compreender que a internet é hierárquica e seletiva em termos socioeconômicos e que as redes reais às quais nos conectamos no dia a dia são tão importantes quanto as redes virtuais na criação/produção de nossos espaços cotidianos.

Afinal, se hoje “navegar é preciso” em mares virtuais, a realidade também exige de nós ação e movimento.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, E. **O preço da riqueza.** Pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Editora Unesp, 1995.

BEZZI, M. L. **Região - Uma (re)visão historiográfica - Da gênese aos novos paradigmas.** Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

CARVALHO, C. G.; SERPA, A. O samba de roda como símbolo e marcador regional do Recôncavo baiano. **Entorno Geográfico**, v. 11, p. 68-85, 2015.

CARVALHO, C. G.; SILVA, R. O.; SERPA, A. Espaço vivido e identidade regional: um olhar sobre o leste e o oeste do Recôncavo Baiano. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, v. 6, p. 224-237, 2015.

CGI.br. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros [on-line]**: TIC domicílios 2015. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra**. Natureza da realidade geográfica. Tradução de Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011.

DIAS, C. C. S. **Práticas socioespaciais e processos de resistência na grande cidade: Relações de solidariedade nos bairros populares de Salvador**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução revisada de Marcia Sá Cavalcante Schuback. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2012.

KELLER, S. **El vecindario urbano: una perspectiva sociológica**. 2. ed. México: Siglo XXI ed., 1979.

JUNQUEIRA, D. O que aconteceu com as lan-houses no Brasil? **O Olhar Digital**. 2012. Disponível em: <<https://olhardigital.uol.com.br/noticia/lan-houses-as-casas-de-jogos-se-tornaram-centros-de-inclusao-digital/28528>>. Acesso em: 28 maio 2017.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une – Um retrato das desigualdades brasileiras**. Relatório de pesquisa, setembro de 2017.

RAMOS, M. E. R. **Bairros Negros: uma lacuna nos estudos urbanísticos - um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)**. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

RÊGO, J. Territórios do candomblé: a desterritorialização dos terreiros na Região Metropolitana de Salvador, Bahia. **GeoTextos**, Salvador, v. 2, n. 2, p. 31-85, 2006.

SANTOS, J. T. **Mapeamento dos terreiros de Salvador**. Salvador: Ceao/UFBA, 2008.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SCHERER-WARREN, I. Metodologia das Redes no Estudo das Ações Coletivas e Movimentos Sociais. In: COLÓQUIO SOBRE PODER LOCAL, 6., Salvador, 1994. **Anais...** Salvador: NPGA/UFBA, 1996. p. 165-176.

SCHERER-WARREN, I. Redes Sociais: Trajetórias e Fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da (Org.). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. p. 29-50.

SERPA, A (Org.). **Cidade Popular**: Trama de relações sócio-espaciais. Salvador: EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia, 2007.

SERPA, A. **Lugar e mídia**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

SERPA, A (Org.). **Territórios da Bahia** - regionalização, cultura e identidade. Salvador: EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia, 2015.

SERPA, A. Justiça espacial e cidade digital: espaço como meio operacional no Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, p. 409-428, 2017.

SERPA, A. Leisure and Work in Contemporary Urban-Metropolitan Space: Perspectives, Tendencies, and Utopias. In: ALVARES, L. C.; BARBOSA, J. L. (Org.). **Urban Public Spaces From Planned Policies to Everyday Politics** (Illustrated with Brazilian Case Studies). Cham, Switzerland: Springer International Publishing AG, 2018a. p. 73-87.

SERPA, A. Diversidade e desigualdade em um contexto de fragmentação socioespacial: avanços e recuos. **Ateliê geográfico (UFG)**, v. 12, p. 22-38, 2018b.

SERPA, A. **Por uma Geografia dos espaços vividos**. Geografia e Fenomenologia. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

SERPA, A. Lugar, paisagem e experiência. **Geograficidade**, v. 10, 2020 (no prelo).

SERPA, A. S. P.; ARAÚJO, H. B. N. de; BORGES, S. S. Capoeira et Internet: tactiques de territorialisation à Salvador, Bahia. **Géographie et Cultures (Paris)**, v. 78, p. 111-128, 2011.

SOUSA, A. N. **Orla Oceânica de Salvador**: um mar de representações. Salvador: EDUFBA - Editora da Universidade Federal da Bahia, 2011.

TERREIROS cumprem papel social em suas comunidades. **Jornal A Tarde**, Salvador, 12/5/2007.